

SENADOR

EDIÇÃO 05 | MARÇO | 2024

ZEQUINHA MARINHO

RECONHECIMENTO

**O MELHOR SENADOR
DO PARÁ**

FERROGRÃO

**FERROVIA UNE OS
REPRESENTANTES
DA SOCIEDADE**

IMORTAL

**SENADOR ENTRA PARA A
ACADEMIA EVANGÉLICA
DE LETRAS DO PARÁ**



SENADO
FEDERAL



ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO



SENADOR
ZEQUINHA
MARINHO

EDITORIAL

O ano de 2023 foi marcado pelo fim da emergência sanitária global de Covid-19. Conseguimos superar esse mal e avançamos bastante em nossa missão legislativa, representando o Pará e defendendo os interesses da população paraense no Senado Federal. Foi assim na CPI das ONGs, instalada no último ano, e que teve a importante missão de investigar os desvios de recursos públicos por parte de organizações não-governamentais, bem como o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais. O relatório apresentado pela comissão deverá se desdobrar em projetos de lei, assim também como esperamos que o Ministério Público Federal (MPF) dê andamento às acusações ali postas.

Outro avanço importante no âmbito legislativo foi a aprovação do projeto que determina o Marco Temporal para identificação e demarcação de novas terras indígenas. Apesar dos embates com o Supremo Tribunal Federal (STF), o Legislativo cumpriu com o seu dever e trouxe para o nosso arcabouço legal essa

norma que, enfim, trará segurança jurídica para o nosso país.

Além da pressão em relação ao Marco Temporal, os valores cristãos também foram ameaçados no último ano. Tentativas de descriminalizar o aborto e o porte de drogas por parte do STF chocaram os brasileiros, que se manifestam contra esses absurdos. Para falar apenas sobre o crime do aborto, a pesquisa mais recente do Ipec revela que 70% da população brasileira é contra a legalização do aborto. Como o verdadeiro representante do povo brasileiro, o Parlamento tem agido a fim de que os interesses da população não sejam atropelados por vontades nada democráticas.

Nossa luta pelos valores cristãos se manterá, ainda mais com o reforço da nova Frente Parlamentar Evangélica do Senado Federal. O colegiado já vem se somando ao trabalho realizado pela FPE do Congresso Nacional.

E por falar nas Frentes, destaco o trabalho iniciado pela FPMIn (Frente Parlamentar da Mineração Sustentável). Fui chamado à missão de ser o vice-pre-



SENADOR ZEQUINHA MARINHO

sidente no Senado Federal e tenho buscado soluções para destravar a mineração, garantindo que a atividade se dê em bases legais e cada vez mais sustentáveis.

Não poderia deixar de falar da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) e de todos os avanços alcançados no último ano. A pauta foi extensa e ainda tem muita coisa que ficou para 2024. Portanto, posso reafirmar aqui meu compromisso para com essas importantes bandeiras que, ao final e ao cabo, têm o mesmo objetivo: desenvolver o nosso Brasil.

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação do Gabinete do Senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), impressa pela Gráfica do Senado Federal, em consonância com o Ato nº 06/2002 da Comissão Diretora que dispõe sobre impressões gráficas. De acordo com este Ato, a Secretaria de Editoração e Publicações editora e imprime os trabalhos de autoria dos senadores referente às matérias de natureza constitucional ou legal, assuntos históricos ou culturais de interesse legislativo, separatas de projetos de lei, leis, discursos, requerimentos de informações e síntese de atividades parlamentares.

CHEFE DE GABINETE

Alexandre Bodani

TEXTOS

Sérgio Chêne

Yuri Age

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Fernando Torres

Guel Fegali

José Loureiro

Michel Jorge

Sérgio Chêne

Stephanie Lima

Yuri Age

DIAGRAMAÇÃO

Calazans Souza

ARTES E INFOGRÁFICOS

Ronaldo Magno

Gabinete Senador Zequinha Marinho

Senado Federal - Anexo II. Ala Teotônio Vilela - Gab. 18

Brasília - Distrito Federal. CEP 70.165-900

Escritório Regional Senador Zequinha Marinho

Avenida Rômulo Maiorana, 700. Ed. Vitta Office, Salas 1104 e 1105

Marco - Belém-PA. CEP 66.040-036

/zequinhamarinhooficial

@ZequinhaMarinho

@zequinhamarinhooficial

@zequinhamarinhooficial

www.zequinhamarinho.com.br

/zequinhamarinhosenador

/t.me/zequinhamarinhooficial

(61) 99881-0020

SUMÁRIO

MARCELO BARBOSA / COMUNICAÇÃO ZEQUINHA



22

O MELHOR SENADOR DO PARÁ

O trabalho do senador Zequinha Marinho em prol do Pará e dos paraenses tem ganhado destaque no cenário nacional

10

CPI DAS ONGS

Comissão do Senado investigou a atuação de organização não-governamentais na Amazônia



14

DESENVOLVIMENTO SOBRE TRILHOS

A implementação da Ferrogrão tem sido defendida no Senado e em audiências no Pará

24

MARCO TEMPORAL

Nova lei determina o marco para identificação e homologação de terras indígenas e garante segurança jurídica ao país

28

RECIPROCIDADE AMBIENTAL

Projeto busca dar igualdade às condições ambientais nas negociações internacionais

16

MAIS RECURSOS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

De autoria do senador Zequinha Marinho, projeto torna impositiva a execução das emendas de comissão



32

ACADEMIA EVANGÉLICA DO PARÁ

Senador se torna imortal da nova academia, que vem para fomentar a cultura bíblico-evangélica

NOTAS

SENADOR ZEQUINHA ENTRA PARA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, ARTES, HISTÓRIA E LITERATURA

O senador Zequinha Marinho é o mais novo membro da Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura (Abrasci). O senador fará parte do Colegiado de Ciências da Educação e ocupará a cadeira de nº 61, que tem como patrono o ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos. A indicação do senador para a Abrasci se deu por sua atuação no Congresso Nacional e pela trajetória de quase três décadas dedicadas à política. Fundada em 1910, a Abrasci é uma entidade cultural, instituída para resgatar a memória histórica e preservar as tradições culturais brasileiras. Ao longo desses anos, destacam-se entre seus membros: Affonso Arinos, Vieira Souto e Luís da Câmara Cascudo.

YURI AGE / COMUNICAÇÃO ZEQUINHA



PEDRO FRANÇA / AGÊNCIA SENADO



MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL GANHA REPRESENTAÇÃO NO CONGRESSO

A Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMIn) foi instalada em 2023 para debater, de forma prioritária, a modernização da legislação brasileira, com um olhar voltado para a sustentabilidade, o licenciamento ambiental e cobrar investimentos em ciência e pesquisa para o setor da mineração. Mais de 200 parlamentares fazem parte desse novo colegiado. O senador Zequinha Marinho é o vice-presidente da FPMIn no Senado Federal.

JEFFERSON RUDY / AGÊNCIA SENADO



COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN

O Senado Federal aprovou o projeto (PRS 2/2023) que cria a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren. O senador Zequinha Marinho foi o relator da proposição que passa a homenagear pessoas e/ou instituições que tenham desempenhado relevantes ações religiosas ou sociais. De acordo com o projeto de autoria da senadora Eliziane Gama (PSD/MA), a comenda será concedida a até três pessoas físicas ou jurídicas. As indicações dos candidatos serão realizadas pelos senadores e analisadas por um conselho formado por um parlamentar de cada partido com assento no Senado. A composição do conselho se renovará a cada dois anos, permitida a recondução dos membros. Em novembro do ano passado foi promovida a primeira cerimônia de entrega da Comenda. O mês faz referência à chegada dos missionários ao país.



ZEQUINHA É RECONDUZIDO À VICE-PRESIDÊNCIA DA FPA

A maior bancada do Congresso Nacional teve sua diretoria renovada para o biênio 2023-2024. Presidida mais uma vez pelo deputado Pedro Lupion (PP-PR), a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) terá o senador Zequinha Marinho como seu vice-presidente no Senado Federal. Ele volta a coordenar a bancada que, no último ano, bateu a marca histórica de 50 senadores e que mostra o fortalecimento da FPA. Além dos representantes do Senado, a frente conta com 324 deputados federais, somando 374 parlamentares.

ARQUIVO



RECONHECIMENTO QUE EXTRAPOLA FRONTEIRAS

A Câmara Municipal de Goiânia concedeu ao senador Zequinha Marinho o título de cidadão goianiense. A honraria, de iniciativa do vereador Igor Franco (Solidariedade), é um reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à região Sul do Pará e o Centro-Oeste brasileiro. O título, entregue pelo Legislativo da capital do Goiás, vem justamente no momento em que o trabalho do senador Zequinha Marinho tem extrapolado as fronteiras do Pará. No final de 2023, ele foi destacado pelo Ranking Políticos como o melhor senador do Pará e recebeu o prêmio de Excelência Parlamentar. Também no ano passado, Zequinha entrou para a lista dos políticos em ascensão do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

SENADO APROVA PROJETO QUE REDUZ A CONTA DE ENERGIA

As concessionárias de energia não poderão cobrar dos consumidores toda e qualquer perda provocada por furtos de energia, erros de medição ou por falta de equipamento. É o que diz o projeto de lei (PL 5.325/2019) do senador Zequinha Marinho aprovado pelo Senado e que aguarda votação na Câmara dos Deputados. Dados mais recentes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) indicam que as perdas não-técnicas, popularmente conhecidas como “gatos”, chegam a ser maior que o volume de energia comercializada. Um ranking da Aneel aponta o Amazonas como o estado com maior furto de energia. Daquilo que é distribuído pela concessionária amazonense, 122% são perdas não-técnicas. No Amapá, são 85% de perda real. Em seguida, aparecem o Rio de Janeiro, com 54%, e o Pará, com 37%.

REPRESENTAÇÃO DO PARÁ DEVE CRESCER NA CÂMARA

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para obrigar o Congresso Nacional a fim de que seja atualizada a distribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados. O prazo para a recontagem vai até 30 de junho de 2025. Caso esse reajuste não seja feito pelos parlamentares na data-limite, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deverá determinar o número de deputados federais de cada Estado e do Distrito Federal para a legislatura que começa em 2027. A recontagem das 513 cadeiras da Câmara terá por critério o último Censo do IBGE, aumentando a bancada do Pará dos atuais 17 deputados para 21.

CALHA NORTE

SENADOR REPASSA R\$ 4 MILHÕES PARA GARANTIR OBRAS NO MARAJÓ

MARCELO SEABRA - AG. PARÁ

O Arquipélago do Marajó possui um dos índices mais baixos de desenvolvimento do Brasil. Dos 50 municípios com piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHM), oito estão no Marajó, sendo que Melgaço detém o pior indicador do país. Para transformar essa realidade e melhorar as condições de vida da população marajoara, o senador Zequinha Marinho destinou cerca de R\$ 4 milhões para obras de infraestrutura e de abastecimento de água.

O recurso da emenda foi repassado ao Programa Calha Norte (PCN) para que seja feito o termo de convênio com as prefeituras locais. Dentre as obras, está prevista a construção de passarela no município de Chaves e a implantação de Sistema de Abastecimento de Água, em Muaná.

Além de Chaves e Muaná, o recurso do senador

atende a população dos municípios de Curalinho, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista.

“Esse recurso destinado aos municípios do Marajó dará condição para que as prefeituras locais realizem obras para melhorar a qualidade de vida da população daquele arquipélago”, comentou o senador Zequinha Marinho.

O PCN executa ações, mediante a transferência de recursos orçamentários às Forças Armadas e por intermédio de convênios firmados entre o Ministério da Defesa e os estados ou os municípios abrangidos em sua área de atuação.

Sob a direção do general Ubiratan Poty, o PCN ampliou sua área de abrangência no Pará. No ano passado, saiu de 27 para 113 municípios atendidos pelo programa.





PROJETO ESTABELECE AUXÍLIO FINANCEIRO E CENTRO DE ATENÇÃO PARA FAMÍLIAS DE PESSOA COM AUTISMO

Segundo a ONU, uma em cada 160 crianças no mundo tem Transtorno do Espectro Autista (TEA). No Brasil, são cerca de 2 milhões de autistas. Para atender a esta importante parte da sociedade brasileira, o senador Zequinha Marinho apresentou projeto (PL 2.198/2023) que institui mecanismos de inclusão das famílias responsáveis pelos cuidados da pessoa com transtorno do espectro autista.

A proposta cria um centro de atenção voltado para o acolhimento da família de pessoa com transtorno do espectro autista. Pelo texto, o centro deverá oferecer cuidados necessários para evitar agravos futuros por meio da atenção integral e interdisciplinar, com troca de saberes, capacitação e responsabilidades mútuas, que inclua visitas domiciliares, atendimentos em grupos, reuniões de equipe para estudo de caso,

GERALDO MAGELA / AGÊNCIA SENADO



Já passou da hora de acolher também as famílias.

Senador Zequinha Marinho

bem como para a elaboração de projeto terapêutico singular.

O projeto do senador Zequinha também determina que as famílias da pessoa com TEA e que estejam em condição de vulnerabilidade social, recebam auxílio mensal de R\$ 500. “Os cuidados com a infância e adolescência, nos termos de nossa Constituição, devem ser compartilhados entre as famílias, a sociedade e o Estado. Entretanto, as famílias vêm arcando muitas vezes sozinhas com essa atribuição, e precisam de auxílio para realizar suas importantes tarefas”, justificou o senador.

O autor do projeto enfatiza que “já passou da hora de acolher também as famílias”. Ele reforça a necessidade de garantir acolhimento e informação para não prejudicar o tratamento da criança com TEA.



CPI APUROU DENÚNCIAS CONTRA ONGS

GERALDO MAGELA

Após 32 reuniões, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs apresentou seu relatório final sobre o desvirtuamento dos objetivos da ação das Organizações Não-Governamentais, operando inclusive contra interesses nacionais. Foram denunciados casos de abuso de poder, e identificadas possíveis irregularidades com recursos públicos. O senador Zequinha Marinho participou ativamente da CPI e, a seu pedido,

os senadores estiveram em São Félix do Xingu (PA) para apurar as denúncias na região da Vila Renascer.

A diligência externa da CPI das ONGs no Pará ouviu famílias de produtores rurais que moram há décadas na Vila Renascer e que, após processo de expansão da terra indígena Apyterewa, acabou sendo invadida pela unidade de proteção. Para resolver o problema, os moradores têm solicita-

do que seja produzido um novo laudo antropológico para justificar o alargamento da terra indígena.

De acordo com o senador Zequinha Marinho, moradores estão sendo expulsos de suas terras sob forte repressão da Força Nacional e dos órgãos ambientais. A operação consiste na retirada de não indígenas de Apyterewa.

“A CPI vem nesse sentido de fortalecer o pedido das famílias daquela

ESTADO PARALELO

Dentre os problemas, o ex-deputado federal e ex-ministro Aldo Rebelo compartilhou sua experiência de 40 anos em território amazônica. Com a experiência de ter sido o relator do Código Florestal, Rebelo afirmou que hoje a Amazônia convive com três Estados paralelos, o oficial, que segundo ele é o das prefeituras, agências e órgãos de governo. Já o segundo consiste no narcotráfico e no crime organizado. O terceiro seria o das ONGs, que ele avaliou como “o mais poderoso e importante, pois opera com ajuda do Estado”. Segundo ele, as organizações utilizam recursos do Fundo Amazônia apenas para o cumprimento de interesses de agenda internacional, deixando de lado áreas importantes para o bem-estar da população como saúde e saneamento básico.

Aldo Rebelo sugeriu que o Fundo Amazônia passe por um processo de atualização a fim de que os recursos sejam apenas destinados aos órgãos públicos e que as ONGs não tenham mais acesso.

Documentos recebidos pela CPI revelaram a destinação de altos valores do Fundo Amazônia à ONGs que atuam na região. O Instituto Socioambiental (Isa), por exemplo, registrou em 2021 e 2022 o total de R\$ 137 milhões de receita. Mais de 80% dessas entradas vêm do exterior.

Outro caso grave investigado pela CPI foi o da ONG Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Financiada por fundos bilionários para monitorar a região mais rica do planeta com satélites próprios, o Imazon recebeu R\$ 30,8 milhões de doações entre 2020 e 2021. Além desse montante, a ONG recebeu R\$12,1 milhões do Fundo Amazônia. Com destinação genérica de desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia, o Imazon, segundo investigação do Tribunal de Contas da União (TCU), teria gasto R\$ 1,6 milhão com seu pessoal e para a realização de cursos de 24 horas para capacitar técnicos ao custo de R\$ 11.067,76 por cada aluno. Com esse orçamento, o custo da hora aula seria de R\$ 8.583,00, bem maior do que o valor de mercado.

FORAM REALIZADAS 32 REUNIÕES, APROVADOS 140 REQUERIMENTOS, FEITAS 24 OITIVAS E CINCO DILIGÊNCIAS NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, MATO GROSSO E PARÁ.

região. Precisamos de um novo laudo que comprove a necessidade técnica para a expansão da terra indígena. Ademais, as famílias estão sendo expulsas sem ao menos terem sido indenizadas, como determina o próprio STF”, comentou o senador Zequinha.

Além de Zequinha, integraram a comitiva o presidente da CPI, Plínio Valério (PSDB/AM), o rela-

tor, senador Marcio Bittar (União/AC); e os senadores Jaime Bagatolli (PL/RO), Hamilton Mourão (Republicanos/RS) e Styvenson Valentim (Podemos/RN).

Aquilo que foi apurado na diligência externa foi inserido no relatório final, que também sugere a apresentação de seis projetos legislativos para conter os problemas denunciados na CPI.



ZEQUINHA MARINHO DESTACA POLÍTICA DE INCENTIVO AOS JOVENS DO CAMPO

JEFFERSON RUDY / AGÊNCIA SENADO

Transformada em lei no final do ano passado, a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC) se apresenta como um novo instrumento para apoiar iniciativas para viabilidade econômica e permanência no meio rural. Relatado pelo senador Zequinha Marinho, o projeto (PL 2.208/2022) cria mecanismos para que o governo estimule o empreendedorismo entre jovens de 15 a 29 anos por meio de acesso ao crédito, difusão de novas tecnologias, educação empreendedora e capacitação técnica.

“Pretende-se estimular o empreendedorismo e criar as condições para que ele [jovem] prospere no campo, fazendo com que o país faça um bom uso desse seu fantástico potencial agropecuário. Antigamente, trabalhar no campo, ter um jovem no campo era aquilo de “não ter futuro”. [...] Hoje, você pode ser uma pessoa muito bem-sucedida

produzindo na zona rural, até porque a tecnologia já avançou de maneira significativa, como não avançou em outros setores da economia”, comentou o senador.

Zequinha citou pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) segundo a qual cerca de 75% dos empregos registrados no Pará são gerados pelas micros e pequenas empresas. Para o senador, esse dado evidencia a importância de “incentivar o empreendedorismo, estimular os cidadãos empreendedores a abrir novos negócios, dinamizando a economia e criando oportunidades de empregos, gerando renda e garantindo a expansão da economia”.

Segundo o parlamentar, o Sebrae estima que os micros e pequenos negócios representam cerca de 99% do total de empresas no país, o que as faz gerar, em termos quantitativos, mais empregos do que as médias e grandes empresas.

Daremos as condições para que o jovem prospere e que o país faça um bom uso desse seu potencial agropecuário.

Senador Zequinha Marinho

EIXOS DA POLÍTICA NACIONAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO DO JOVEM DO CAMPO



EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Implementação do ensino de empreendedorismo em escolas rurais, técnicas e universidades, visando a formação de jovens empreendedores para o agronegócio. Também determina o apoio às Escolas Família Agrícola (EFAs), às Casas Familiares Rurais (CFRs) e às organizações que usem a pedagogia da alternância e o método que promove a interação entre o estudante que vive no campo e sua realidade cotidiana, incentivando a troca de experiências no ambiente escolar e no de trabalho.



CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Pluralização da capacitação técnica, visando proporcionar ao jovem o conhecimento prático para a condução da produção, comercialização e gestão econômico-financeira do empreendimento rural. Devem ser priorizados os conhecimentos técnicos relacionados à atividade-fim do empreendimento rural, como as noções de funcionamento do mercado; noções de economia; planejamento da empresa agropecuária; sustentabilidade ambiental; e fundamentos estéticos, científicos e sociais.



NOVASTECNOLOGIAS

Criação de polos tecnológicos e a formação de redes de jovens empreendedores para influenciar as políticas públicas voltadas aos jovens do campo, através de parcerias com universidades, institutos federais, escolas técnicas e serviços sociais.



CRÉDITO

Abertura de linhas de crédito específicas para jovens do campo por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para isso, serão instrumentalizados os agentes financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural. A PNEEJC também estimulará a adesão dos jovens a cooperativas agropecuárias.



FERROGRÃO

UNE INDÍGENAS, GOVERNOS E SETOR PRODUTIVO

Em evento realizado no município de Novo Progresso, a defesa pela ferrovia esteve presente nas falas tanto de líder indígena quanto de representantes do setor produtivo.

Com 933 km de trilhos - que ligarão Sinop (MT) aos portos de Miritituba, em Itaituba (PA) - a Ferrogrão (EF-170) receberá um investimento privado de R\$ 25,2 bilhões e deverá promover a geração de 30 mil empregos diretos na construção e operação e 373 mil no total. A expectativa é que ao transportar a produção de grãos da Região Centro-Oeste

e do sul do Pará pelo modal ferroviário haja uma redução de até R\$ 19,2 bilhões, dando um importante ganho de competitividade à produção brasileira.

Os desafios e soluções da Ferrogrão foram debatidos num encontro regional em Novo Progresso (PA), promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) a pedido do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), grande liderança que tem defendido a construção da ferrovia.

Na justificativa para a realização do encontro em Novo Progresso, o senador

Zequinha explicou que a maior porção da ferrovia estará naquele município e, por isso, é importante debater localmente os impactos e ganhos advindos com a Ferrogrão.

“Essa ferrovia é triplamente benéfica ao Brasil. Reduz o custo do frete, vai gerar empregos e é boa para o meio ambiente. De acordo com relatório da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), a Ferrogrão emitirá 77% a menos de CO² do que o transporte que hoje é feito por rodovias. Além disso, parte do investimento, cerca de R\$ 735 milhões,

ARTE RONALDO MAGNO





serão repassados para as compensações socioambientais”, analisou o senador Zequinha Marinho.

O encontro, realizado em Novo Progresso, também contou com o apoio da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi) e demais entidades voltadas para a questão logística. É o caso da Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport).

Presente nos debates, o presidente da Amport, Flávio Acatauassú, esclare-

ceu sobre a integração dos modais. Ele explica que não haverá a eliminação do transporte rodoviário. “Ninguém quer substituir a rodovia pela ferrovia, de maneira nenhuma. A rodovia é democrática. Ela transporta o que a ferrovia não transporta. Mas, se você vai ter uma carga concentrada, com muito volume, de uma localidade ponto a ponto, não tem sentido transportar por via rodoviária. Assim como a carga regional, de varejo, será sempre transportada por modal rodoviário”, argumentou Acatauassú.

Já estabelecido na agenda do Pro-

grama de Aceleração do Crescimento (PAC), o empreendimento logístico tem ganhado atenção do governo federal. “É um projeto prioritário para o governo. Ele está sendo levado bem à sério e muito por conta da relevância que ele deve ter no eixo logístico nacional”, comentou o coordenador de Obras e Projetos da Secretaria Nacional de Transportes Ferroviários do Ministério dos Transportes, Vladimir Baleeiro.

Assim como o governo e entidades voltadas à logística e à produção, os indígenas da região têm se manifestado favoráveis ao empreendimento. O cacique geral da Terra Indígena Baú, Koe i Kaia-pó, tem dito que os indígenas querem fazer parte do processo de implantação da ferrovia. “Somos a favor da Ferrogrão. Nós estamos juntos com o município (Novo Progresso) para que nossa população possa ganhar alguma coisa com essa ferrovia. Queremos o progresso para Novo Progresso e para a Aldeia Baú”, reforçou o líder indígena.

CAPACIDADE DE CARGA PROJETADA

58 milhões de toneladas

Essa ferrovia é triplamente benéfica ao Brasil. Reduz o custo do frete, vai gerar empregos e é boa para o meio ambiente.

Senador Zequinha Marinho

PROJETO GARANTE MAIS RECURSOS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

JEFFERSON RUDY / AGÊNCIA SENADO

**DE AUTORIA DO SENADOR
ZEQUINHA MARINHO,
A PROPOSTA TORNA
IMPOSITIVA AS EMENDAS
DE COMISSÃO**



O Orçamento de 2024 definiu em R\$ 16,7 bilhões o volume de recursos que será destinado às emendas direcionadas para as Comissões Permanentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. No último ano, somente para as comissões do Senado, o orçamento previa R\$ 7,1 bilhões, ocorre que, por não ser de caráter impositivo, as emendas de comissão acabam sendo alvo de contingenciamento e não são executadas.

Previstas na Resolução 001/2006 do Congresso Nacional, as emendas de comissão devem ter caráter institucional e

representar interesse nacional. Normalmente, são utilizadas para remanejar o orçamento, propondo acréscimos e cancelamentos para ações executadas pelo governo federal.

Para destravar as emendas de comissão e garantir que Estados e municípios recebam mais recursos federais, foi apresentado no Senado Federal o projeto (PLP 46/2023) que torna a execução impositiva.

Autor da proposta, o senador Zequinha Marinho, justificou que “a medida completará a trajetória da impositividade da execução das emendas parla-

mentares, que vem sendo gradualmente estendida nos últimos anos como posição clara dos membros do Congresso Nacional, iniciando-se com as emendas individuais e atingindo depois as emendas de bancada”.

O projeto modifica a lei geral de finanças públicas que, em 2024, completará 60 anos. Inclui um artigo específico no âmbito da execução orçamentária, tema que sequer existia quando da aprovação original da lei. De acordo com a proposta, a vigência da impositividade orçamentária deve ser fixada para o exercício seguinte ao de sua publicação.

RECURSOS PREVISTOS NO ORÇAMENTO DE 2024 PARA AS EMENDAS PARLAMENTARES

**R\$ 25
bilhões**

Emendas individuais (impositivas)

R\$ 11,3 bilhões

Emendas de bancada (impositivas)

R\$ 16,7 bilhões

Emendas de comissão

FONTE: ORÇAMENTO 2024



ARTE RONALDO MAGNO

O ORÇAMENTO DE 2023 DESTINOU R\$ 7,1 BILHÕES ÀS EMENDAS DAS COMISSÕES DO SENADO

R\$ 6.483 bilhões

Desenvolvimento Regional e Turismo

R\$ 18,8 milhões

Senado do Futuro

R\$ 7,9 milhões

Dir. Humanos e Leg. Participativa

R\$ 229,5 milhões

Educação, Cultura e Esporte

R\$ 18,4 milhões

Assuntos Sociais

R\$ 5,2 milhões

Meio Ambiente

R\$ 150 milhões

Serviços de Infraestrutura

R\$ 12,2 milhões

Agricultura e Reforma Agrária

R\$ 4,1 milhões

Transparência, Governança,
Fisc. e Controle

R\$ 101,5 milhões

Constituição, Justiça e Cidadania

R\$ 10 milhões

Ciência, Tecnologia e Inovação

R\$ 3,8 milhões

Segurança Pública

R\$ 63,2 milhões

Relações Exteriores e
Defesa Nacional

R\$ 9,1 milhões

Assuntos Econômicos

FONTE: SENADO FEDERAL



PRINCIPAIS PROJETOS DE AUTORIA DO SENADOR ZEQUINHA APRESENTADOS EM 2023



PL 2.088/2023 (MEIO AMBIENTE)

Cria a Lei da Reciprocidade Ambiental ao alterar a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para disponibilização de bens no mercado.



PL 2.198/2023 (PROTEÇÃO SOCIAL)

Institui mecanismo de inclusão das famílias responsáveis pelos cuidados da pessoa com transtorno do espectro autista.



PEC 61/2023 (DOMÍNIO E BENS PÚBLICOS)*

Altera a Constituição Federal, visando definir a competência para aprovação das demarcações de terras indígenas e seus efeitos, conferindo essa responsabilidade ao Congresso Nacional.



PLP 46/2023 (ECONOMIA)

Torna impositiva a execução das emendas apresentadas pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional.



PL 2.973/2023 (MINERAÇÃO)

Prevê a possibilidade de outorga de lavra garimpeira em área onerada por requerimento de pesquisa ou autorização de pesquisa.



PL 3.375/2023 (AGROPECUÁRIA)

Dispõe apoio técnico, financeiro e operacional entre os entes federativos na análise dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e sobre a natureza autodeclaratória do Cadastro.



PL 4.926/2023 (IDOSOS)

Isenta as pessoas idosas do pagamento de contribuições aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.



PDL 343/2023 (DIREITO PENAL)*

Dispõe sobre a realização de plebiscito para decidir sobre a legalização do aborto.

**Senador Zequinha foi um dos signatários*

PRODUÇÃO

LEGISLATIVA

No último ano, o Senado Federal teve uma alta produtividade legislativa. Foram 664 reuniões de comissões permanentes, 17 encontros de subcomissões, 196 sessões em plenário, 812 matérias aprovadas, bem como os trabalhos desenvolvidos pela CPI das ONGs e pela CPML dos atos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023. Os trabalhos desenvolvidos pelo senador Zequinha Marinho também seguiram essa tendência de alta produtividade, seja na apresentação de proposições legislativas ou na relatoria de matérias importantes.

PRINCIPAIS PROJETOS RELATADOS PELO SENADOR EM 2023



PRS 67/2023 (AGROPECUÁRIA)

Institui a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).



PL 1.838/2023 (FAMÍLIA)

Determina a vedação em escolas ao uso de banheiro e vestiário destinados a sexo diferente daquele do usuário.



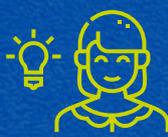
PL 879/2022 (SEGURANÇA)

Qualifica o crime de invasão de dispositivo informático quando houver a obtenção de dados pessoais e criar o crime de sequestro de dados informáticos.



PRS 2/2023 (RELIGIÃO)

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas que tenham desempenhado relevantes ações religiosas e sociais, com destaque na área da filantropia.



PL 2.208/2022 (JOVENS)

Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC) e define seus princípios, objetivos e ações.



PL 359/2017 (EDUCAÇÃO)

Autoriza a criação da Universidade Federal do Xingu (UFX).

JEFFERSON RUDY / AGÊNCIA SENADO

ARTE RONALDO MAGNO



PEDRO FRANÇA - AGÊNCIA SENADO

SENADOR ZEQUINHA MARINHO REAFIRMA SEU COMPROMISSO COM AS PAUTAS CRISTÃS

No último ano, foi instalada no Senado Federal a Frente Parlamentar Evangélica (FPE). O seu principal objetivo é a promoção da liberdade religiosa e a criação de políticas públicas que sejam inclusivas e que gerem impacto social. O novo colegiado vem para somar com os trabalhos já desenvolvidos pela frente evangélica que existe no Congresso Nacional desde 2003. O senador Zequinha Marinho faz parte das duas e destaca a importância do novo grupo para atuar nas medidas de natureza assistencialista e garantir dignidade social para pessoas em situação de vulnerabilidade.

“As igrejas também têm esse im-

portante papel social, que é o de ajudar o cidadão em situação mais vulnerável. Ao instalar a nova frente, pretendemos fortalecer esse tipo de iniciativa, estimulando projetos e ações de caráter assistencialista”, comentou o senador Zequinha Marinho que também destaca o papel da FPE na defesa das pautas de valorização da família.

O senador lembra da mais recente discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) pela descriminalização do aborto. Ele ressalta que 70% da população brasileira é contra o aborto e que os poderes, seja o Judiciário ou Legislativo, devem representar a vontade dos brasileiros.

Outra importante defesa do senador é

em relação a tentativa do STF em liberar o porte de drogas no Brasil. “Liberar as drogas é aumentar os impactos disso na saúde pública e intensificar o crime no país. Se houver consumidor, certamente haverá comerciante. De forma muito irresponsável, aumentará o tráfico de drogas e a criminalidade que decorre disso tudo”, destacou o senador que tem se colocado frontalmente contra a decisão de liberar o porte de drogas no país.

Em meio a tantas pautas que atacam os valores da família, o senador Zequinha Marinho reafirma seu compromisso em continuar lutando no Parlamento pela defesa e preservação dos valores cristãos.

APROVADA ATUAÇÃO DA CODEVASF EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO PARÁ



Foi aprovado, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, o projeto que amplia a atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) para todo o estado do Pará. O projeto (PL 5.372/2020) é de autoria do senador Zequinha Marinho. Ele defende a necessidade de atuação da empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em todos os municípios paraenses.

Das 144 cidades do Pará, 98 já fazem parte da área de abrangência da Codevasf. Ocorre que a porção do estado, que não é atendida pela Companhia, apresenta municípios com os mais baixos índices de desenvolvimento econômico e social. É o caso das mesorregiões do Baixo Amazonas e do Marajó. Das 16 cidades marajoaras, 14 fazem parte da lista dos municípios brasileiros com o

Projeto de autoria do senador Zequinha foi aprovado na CAE. Agora, aguarda aprovação na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Considerando que as ações da Codevasf podem contribuir com o processo de desenvolvimento dos municípios paraenses, o senador Zequinha reitera a necessidade de ampliar a área de abrangência no Estado. “A riqueza de recursos naturais precisa ser utilizada de forma racional e sustentável, o que poderá ser alcançado com a aplicação do conhecimento técnico adquirido pela Companhia para analisar as necessidades das populações

locais e as ações possíveis para promover o nosso desenvolvimento econômico e social”, justificou o senador.

A Codevasf desenvolve projetos de irrigação para agricultura, a revitalização de bacias hidrográficas e para a redução dos efeitos da estiagem por meio da oferta de água para consumo humano e animal nas regiões em que atua.

Aprovado na CAE, o projeto aguarda agora análise da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa.

UM TRABALHO RECONHECIDO E PREMIADO

CONSIDERADO UM PARLAMENTAR EM ASCENSÃO, O SENADOR ZEQUINHA MARINHO TEM GANHADO PAPEL DE LIDERANÇA NO CONGRESSO NACIONAL

GERALDO MAGELA / AGENCIA SENADO

EXCELÊNCIA PARLAMENTAR

RANKING DOS PARLAMENTARES

2022





GERALDO MAGELA / AGÊNCIA SENADO

A defesa em favor do Pará, o trabalho desenvolvido para o avanço do agro e da economia brasileira, as lutas pelo desenvolvimento da Amazônia e seu compromisso com as pautas conservadoras têm dado ao senador Zequinha Marinho um protagonismo e papel de liderança no Congresso Nacional. No final do ano passado, o Departamento Intersindical de Assessoria Política (Diap) divulgou sua tradicional lista dos 100 “cabeças” do parlamento brasileiro. Foram selecionados 71 deputados federais e 29 senadores. Zequinha Marinho é o único senador paraense a aparecer na lista dos parlamentares em ascensão.

São considerados políticos em ascensão aqueles que vêm recebendo missões institucionais ou buscado abrir canais de interlocução, criando os próprios espaços e se credenciando para o exercício de lideranças formais ou informais no âmbito parlamentar.

A escolha dos parlamentares mais influentes de 2023 foi feita entre os 513 deputados federais e 81 senadores em exercício e se baseia nas decisões democráticas, atuação suprapartidária, conhecimento técnico, transparência, participação e ética.

“Fazer parte desse grupo de parlamentares em ascensão e representar o Pará nesse cenário nacional é algo que aumenta minha responsabilidade, ao mesmo tempo em que mostra que estamos trilhando o caminho certo da política, da representação. Minha luta é pelo meu Estado. Trabalho para garantir mais ações, projetos e recursos que promovam melhor qualidade de vida à população paraense”, explicou o senador.

EXCELÊNCIA PARLAMENTAR

Além do Diap, o senador Zequinha Marinho foi escolhido o melhor parlamentar da bancada do Pará pelo Ranking dos Políticos, iniciativa da sociedade civil que avalia senadores e deputados federais em exercício. O ranking leva em consideração o combate aos privilégios, desperdício e corrupção no poder público.

Pelo Pará, dos 20 parlamentares que integram a bancada federal, foram reconhecidos três, sendo dois deputados federais e o senador Zequinha Marinho. O prêmio Excelência Parlamentar do Ranking dos Políticos reconhece os representantes que se destacaram ao longo de 2023.

Ranking – Fundado em 2011, em Brasília, o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma independente e crítica. A pontuação atribuída aos políticos no ranking é determinada estritamente com base em sua atuação, com critérios bem definidos que incluem antidesperdício, anticorrupção e antiprivilégios.



MARCO TEMPORAL É PROMULGADO PELO CONGRESSO NACIONAL

Após 16 anos, foi promulgado pelo Congresso Nacional o projeto (PL 2.903/2023) que estabelece o Marco Temporal para identificação e demarcação de terras indígenas. A publicação da lei foi possível depois que os parlamentares rejeitaram vetos do presidente Lula a trechos do projeto. Foi devolvido à lei o trecho que define as “terras indígenas tradicionalmente ocupadas” como aquelas “habitadas e utilizadas” pelos indígenas para suas atividades produtivas na data da promulgação da Constituição, isto é, em 5 de outubro de 1988.

Originado do PL 490, o projeto do Marco Temporal iniciou os debates na Câmara dos Deputados ainda em 2007.

Atualmente, 14% de todo o território brasileiro é ocupado por terras destinadas aos povos indígenas. São mais de 119,8 milhões de hectares para uma população que não chega a 1% do total de habitantes. De acordo com o último censo do IBGE, os indígenas representam 0,83% dos brasileiros.

Os territórios indígenas já demarcados no Brasil representam a área somada da França, Espanha, Suíça, Portugal e Áustria.

“O que tem acontecido no país, e a CPI das ONGs clareou essa questão, é



FOTOS ARQUIVO

que os indígenas são usados por algumas organizações que atuam especialmente na Amazônia para expandir o número de terras bloqueadas à produção, ao desenvolvimento desse país. O Marco Temporal, além de mostrar aos brasileiros que é do Congresso a missão de legislar, garante segurança jurídica e assegura o direito de propriedade, previsto em nossa Constituição”, analisou o senador Zequinha Marinho.

O Marco Temporal, além de ser

uma medida determinante para redução significativa de conflitos no campo, encerra o litígio de processos administrativos ainda inconclusivos e traz segurança jurídica para todos os envolvidos. Segundo o senador Zequinha, vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Senado, sem a segurança do projeto de lei, qualquer área do território nacional pode ser questionada sem nem um tipo de indenização relacionada à terra.

Ocupação do território brasileiro



Unidade de conservação



Terras indígenas



Estabelecimentos agropecuários

Outros

385.332.720 (ha)

40%
30%
17%
13%

160.637.148 (ha)

5%
10%
70%
15%

57.640.956 (ha)

5%
1%
74%
20%

155.425.696 (ha)

12%
2%
45%
41%

92.451.127 (ha)

9%
1%
65%
25%

VIOLÊNCIA EM SÃO FÉLIX DO XINGU

Sobre o nível de tensão por falta do Marco Temporal, o senador Zequinha citou o caso do município de São Félix do Xingu (PA), na região da Terra Indígena de Apyterewa. Em outubro de 2023, o governo federal deu início a uma operação de desintrusão, coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência, que organiza a Força-Tarefa no território paraense.

Quando foi homologada, a TI Apyterewa possuía uma área de 266 mil hectares. Ocorre que, por pressões de ambientalistas, a Funai solicitou a expansão do território sem produzir um novo laudo antropológico que justificasse o pedido. Foi alargado em mais 500 mil hectares, chegando a uma área

de 773 mil hectares, o equivalente a cinco cidades de São Paulo.

No processo de expansão, não foi considerado a existência de produtores rurais que já ocupavam aquela região. “Eles que foram invadidos pela TI. Não estamos falando do território original de Apyterewa, isto é ponto pacífico. Nossa luta é em cima dos mais de 500 mil hectares que foram adicionados, sem o cumprimento do laudo técnico. Invadiram a área dos produtores rurais, agora estão retirando essas famílias, sem ao menos as terem indenizado. Essa operação, portanto, não age de acordo com a lei”, justificou o senador.

Em novembro, os senadores que integram a CPI das ONGs fizeram dili-

gência em São Félix do Xingu. em São Félix do Xingu. Lá, escutaram de indígenas que nem eles querem a retirada dos moradores não-indígenas da região. Eles temem que, ao expulsar as famílias de produtores, grileiros vão invadir o território, elevando os conflitos, problemas sociais e violência.

Durante a reunião promovida pela diligência da CPI das ONGs, que reuniu cerca de mil pessoas, moradores levaram cartazes com os dizeres: “Queremos perícia do laudo antropológico Apyterewa”. Somente na Vila Renascer, localidade de São Félix, existem 210 casas, comércio, escolas e igrejas. Tudo isso foi destruído pela operação de desintrusão.



ESTÁ DE VOLTA O MAIOR PROJETO SOCIAL PARA JOVENS NO PARÁ

Ao longo de 2023, o Passaporte para Vitória (PPV) se firmou como o maior projeto social para jovens de regiões periféricas do Pará. Atendendo mais de 7,5 mil jovens em 25 polos espalhados no Estado, o PPV retorna suas atividades mais forte e pronto para dar conta da demanda da população paraense por mais esporte, lazer, educação e cidadania.

O segundo ciclo do projeto continuará sendo mantido pelo senador Zequinha Marinho em parceria com o Instituto Léo Moura. Direcionado para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, o Passaporte para Vitória irá permanecer totalmente gratuito, incentivando talentos e formando cidadãos.

“Encerramos agora o primeiro ci-



clo com resultados muito positivos. Acumulamos vitórias importantes, é o caso dos nossos jovens que passaram nas peneiras dos clubes aqui do Pará e até mesmo de outro estado. Mas muito além disso, o projeto foi e continuará sendo transformador, melhorando a vida desses jovens no campo, na sala

de aula e em casa”, ressaltou o senador Zequinha Marinho.

Com ações de escolinha de futebol, saúde física e visual, educação moral e cívica, disciplina, hierarquia, orientação sobre convivência familiar e social, o Passaporte para Vitória é uma ação que contribui diretamente para a formação saudável de crianças e adolescentes de regiões periféricas do Pará.

Além do Pará, o Passaporte para Vitória é promovido no Acre, Amapá, Paraná e Rio de Janeiro. A iniciativa tem como objetivo gerar oportunidades para crianças e adolescentes em sua formação cidadão e socioesportiva. Ao se inscrever no projeto, o atleta recebe o kit completo com camisa, calção e meiãos, chuteiras, caneleiras e sacochila.

MAIS RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DO AGRO

Apesar da elevação de 34% em relação a sua última versão, o Plano Safra 2023/2024 já teve metade dos recursos consumidos somente nos cinco primeiros meses do ano agrícola. Do total de R\$ 435,8 bilhões disponíveis para investir na lavoura, cerca de R\$ 217 bilhões foram contratados por pequenos, médios e grandes produtores. O financiamento por parte do Plano Safra é essencial para garantir crédito ao fortalecimento do setor agropecuário, definindo a alocação de recursos através de linhas de crédito e suas respectivas taxas de juros.

No sentido de ampliar o financiamento ao agro e garantir uma política específica para os municípios do arquipélago do Marajó, no Pará, o senador Zequinha Marinho tem defendido a aprovação do seu projeto (PL 486/2020) que cria uma nova linha voltada para os 16 municípios da ilha.

A proposta foi aprovada pelo Senado e tramita agora na Câmara dos Deputados. No final do ano passado, teve seu parecer aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR). Deverá passar agora pelas Comissões Finanças e Tributação; e de Justiça e Cidadania.

Autor do projeto, o senador Zequinha explica que a proposta segue os moldes do Pronaf direcionado ao semiárido nordestino. “Ao criar o Pronaf Marajó, buscamos fomentar a agricultura familiar no Marajó e dar condições para que a população local conte com uma

atividade econômica pujante e que gere renda e crie empregos. Dessa forma será possível superar os problemas históricos do arquipélago que detém o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil”, comentou.

Para atender o Marajó, o projeto inclui na Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais o princípio da redução das desigualdades sociais e regionais. Também determina que seja oferecido tratamento especial em relação a linhas de crédito e serviços de assistência técnica e extensão destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais localizados na região.

No parecer aprovado na CAPADR, o relator, deputado Henderson Pinto (MDB-PA), fez uma análise da distribuição do crédito destinado ao setor rural. Ele chamou atenção para a baixa participação das regiões Norte e Nordeste. Em 2019, os contratos do Pronaf foram de 6,7% e 15,6%, respectivamente. “É de incontroversa conveniência e oportunidade, portanto, a proposta do autor de fazer menção explícita à redução das desigualdades sociais e regionais”, justificou o relator.



10.668



1º China

4.713



2º EUA

Países mais poluentes

Emissão de gás carbônico (MtCO₂)

2.442



3º Índia

1.577



4º Rússia

1.031



5º Japão

745



6º Irã

644



7º Alemanha

626



8º Arábia Saudita

598



9º Coreia do sul

590

10º Indonésia



536



11º Canadá

467



12º Brasil

Há cerca de 20 anos, vem sendo negociado pelo Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e pela União Europeia um acordo de livre comércio entre os dois blocos. Em 2019, ainda na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o acordo chegou a ser finalizado, mas a cobrança de uma série de novas exigência ambientais feitas pela União Europeia voltou a emperrar o acordo.

Em abril do ano passado, foi aprovada pelo Parlamento Europeu uma regulamentação que exige aos produtos importados a comprovação de que não saíram de área desmatada. Pela regra, os produtos que terão que cumprir as exigências serão: gado; madeira; cacau; café; borracha; óleo de palma e soja.

Outros produtos que também são feitos a partir dessas matérias-primas também sofreram com a nova barreira comercial. O chocolate, móveis, papel e alguns derivados do óleo de palma foram incluídos na lista de restrições.

Autor do PL 2.088/2023, que estabelece a reciprocidade ambiental ao tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil para disponibilização de bens no mercado interno, o senador Zequinha Marinho analisa que “se exigem um apurado rigor nas questões ambientais do Brasil, é justo que também cobremos deles o mesmo tratamento e a mesma política ambiental. Já temos o Código Ambiental mais rigoroso do mundo. Na Amazônia, a reserva legal permite que o dono da terra só utilize 20% da sua área. Ele é obrigado a preservar 80% do seu território. Em que país a gente vê isso acontecer? ”

O acordo entre o Mercosul e União Europeia vai instituir uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. A expectativa é que possibilite um incremento de US\$ 87,5 bilhões no PIB brasileiro em 15 anos, podendo chegar a US\$ 125 bilhões, se consideradas a redução das barreiras não tarifárias e o incremento esperado na produtividade total dos fatores de produção.

“A gente precisa continuar comprando e vendendo, e tudo isso esbarra nas relações comerciais entre um país e outro. O que eu quero com o projeto da reciprocidade ambiental é que aqueles que comercializam conosco observem os mesmos padrões ambientais, regras e práticas que nós observamos. A preocupação com o meio ambiente deve ser de todos”.

Zequinha ressaltou que a aplicação de regras mais rígidas para o mercado de importações coloca o país em uma situação ainda mais privilegiada diante do mundo no quesito sustentabilidade. O senador deu destaque à questão da emissão de gases de efeito estufa.

“Quando a gente olha sobre a questão dos gases de efeito estufa, é muito interessante observar, dentro daquilo que já está posto na mídia para conhecimento geral, sobre o que tem de passivo de gás de efeito estufa. A China lidera com uma margem muito grande; depois vêm os Estados Unidos e a Índia. Rússia, Japão, Irã e Alemanha aparecem na sequência, sendo que o Brasil está em uma posição mais confortável nessa lista. Polui muito menos que os demais países”, comparou o senador.

FONTE: CARBON ATLAS / ARTE: RONALDO MAGNO

MOTOTAXISTAS

O GRUPO PARLAMENTAR REÚNE SENADORES E DEPUTADOS E TEM ACOMPANHADO POLÍTICAS E AÇÕES VOLTADAS À CATEGORIA

JEFFERSON RUDY



O Congresso Nacional instalou, em junho do ano passado, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas. O grupo foi criado após apresentação de requerimento do senador Zequinha Marinho, que tem defendido a necessidade de acompanhar políticas e ações voltadas à categoria. A frente reúne deputados e senadores que têm a preocupação especial com o tema. Ao longo de 2024, serão realizados debates, seminários e eventos, divulgando seus resultados, além do acompanhamento da tramitação de matérias no Congresso Nacional que tratam do assunto.

Criada pela Resolução do Senado Federal (RSF 9/2021), a frente parlamentar é presidida pelo senador Zequinha Marinho e tem como seu vice-presidente, o de-

putado Toninho Wandscheer (PP/PR). Ao todo, 26 parlamentares integram o grupo.

“É uma frente parlamentar mista que tem trabalhado para ajudar mototaxistas e motofretistas a encontrar seu espaço debaixo do guarda-chuva legal. Por exemplo, o taxista tem o desconto do IPI na aquisição de um veículo novo. Porque o mototaxista não tem o mesmo desconto. Precisamos avançar nessa direção de garantir direitos a estes trabalhadores”, explicou o senador Zequinha.

Para o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Motociclistas Profissionais e Autônomos (Fenamoto), Nonato Alves, a Frente já tem se mostrado como um importante instrumento de defesa da categoria, buscando garantir que seja cumprida a legislação

existente e que regulamenta a atividade no país. “Existem leis que regulamentam a atividade e outra série de questões. O problema é que somos desrespeitados na maioria das vezes pelo não cumprimento dessas leis. Por exemplo, em Marabá (PA) são 900 mototaxistas licenciados, todos regulamentados, só que os aplicativos entraram lá no mercado e não têm respeitado esse normativo que já existe. Precisamos encontrar uma solução”, reclamou o líder da categoria.

Entre as reivindicações da categoria estão as relacionadas à falta de infraestrutura adequada para locomoção nas vias das cidades, à falta de segurança e de respeito no trânsito e às condições adversas enfrentadas por mototaxistas e motofretistas no exercício da profissão.

SENADO DEVE AUTORIZAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO BNDES

Tramita no Senado Federal o Projeto de Resolução (PRS 34/2021) que estabelece autorização prévia para as operações de crédito externo para o financiamento de governos estrangeiros ou de projetos de infraestrutura em que a União for credora. De autoria do senador Zequinha Marinho, a proposição define que o Senado Federal autorize a aprovação dos empréstimos como forma de evitar fuga de recursos financeiros que poderiam ser utilizados em benefício da população brasileira.

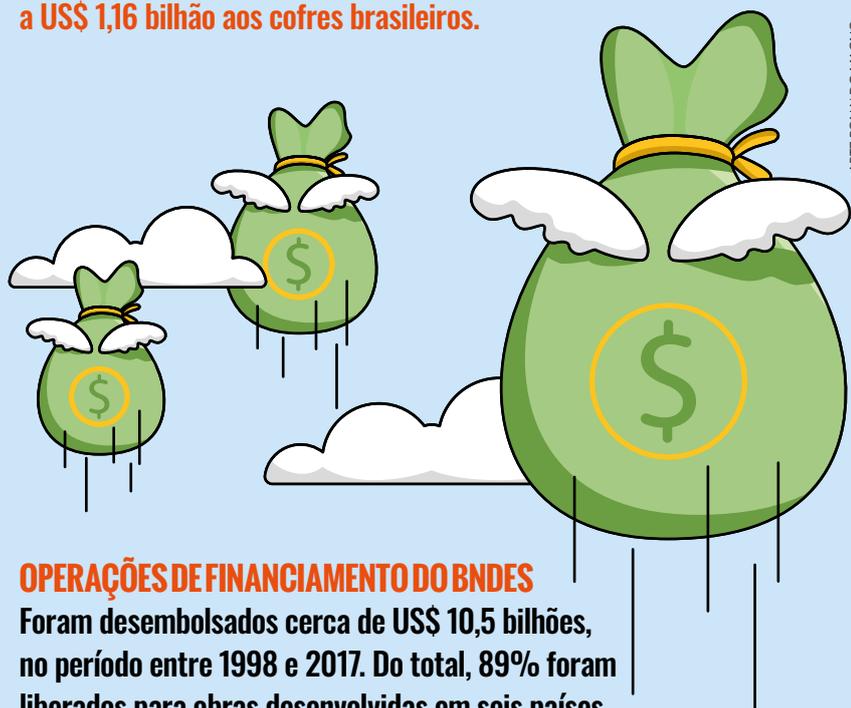
“Somente o financiamento de exportação de serviços de infraestrutura contou com o crédito de US\$ 9,7 bilhões entre 2003 e 2015. Como se sabe, o Brasil possui notáveis carências em infraestrutura. Não seria o caso de utilizar nossos recursos para construir infraestrutura no próprio Brasil, em vez de construir no exterior”, questionou o senador Zequinha.

De acordo com Zequinha, além de evitar a fuga de recursos, o projeto se justifica ainda ao considerar as condições de empréstimo, em que o custo de captação acaba sendo mais alto do que o custo cobrado ao devedor. Em decorrência da Resolução nº 44, aprovada pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Cames), em 2003, Argentina, Equador, Venezuela e República Dominicana tiveram seu custo de financiamento diminuído. “Não é objetivo deste projeto criar obstáculos ao financiamento das exportações. Mas em países como o Brasil, com fortes carências de capital em geral, e de infraestrutura em particular, é importante que o apoio a exportações conte com o aval do Senado”, ressaltou.

O desembolso via BNDES é feito exclusivamente às empresas brasileiras que vendem ou prestam serviços no exterior. O recurso é utilizado para viabilizar obras de engenharia como a construção de estradas, usinas hidrelétricas e casas populares. A responsabilidade de quitar a dívida é do país que recebeu a obra financiada pelo BNDES. Nessa negociação são previstos juros e condições especiais previstas em contrato. Essas condições contratuais, os países de destino e os detalhes da operação são estabelecidos pela União.

CALOTE!

Até setembro de 2023, o país ficou sem receber o que devia da Venezuela (US\$ 762 milhões), Moçambique (US\$ 122 milhões) e Cuba (US\$ 273 milhões). O total desse calote chega a US\$ 1,16 bilhão aos cofres brasileiros.



OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DO BNDES

Foram desembolsados cerca de US\$ 10,5 bilhões, no período entre 1998 e 2017. Do total, 89% foram liberados para obras desenvolvidas em seis países.



Argentina

US\$ 2.006
bilhões



Equador

US\$ 685
milhões



Angola

US\$ 3.273
bilhões



Venezuela

US\$ 1.507
bilhão



República Dominicana

US\$ 1.215
bilhão



Cuba

US\$ 656
milhões

FONTE: BNDES



MARCELO BARBOSA / COMUNICAÇÃO ZEQUINHA

IMORTAL ZEQUINHA MARINHO SE TORNA IMORTAL DA ACADEMIA EVANGÉLICA DE LETRAS DO PARÁ

O senador Zequinha Marinho foi uma das 50 personalidades a receber o diploma de imortal da Academia Evangélica de Letras do Pará (AELPA). Com um caráter cultural, a AELPA se constitui como entidade de cunho literário, linguístico, artístico e filosófico, destinando-se, em essência, ao fomento da cultura bíblico-evangélica, no âmbito da sociedade paraense.

“Agradeço imensamente a Academia Evangélica de Letras do Pará pelo reconhecimento para ocupar um dos assentos como imortal desta entidade. Reconheço a importância da atividade literária e cultural de atividades evangélicas. Vida longa à AELPA”, disse Zequinha Marinho.

A AELPA contempla os teólogos, escritores e líderes das instituições religiosas evangélicas do Pará, com objetivo

de promover a literatura e a cultura evangélica no estado. Em 1º de julho de 2023, na sede da Sociedade Bíblica do Brasil, foi fundada a AELPA, sendo a Comissão Provisória de Fundação aclamada e empossada como a primeira diretoria, com mandato de 2 anos.

Os acadêmicos atuam na sociedade paraense em diversas atividades profissionais, são policiais, advogados, ma-



FOTOS MARCELO BARBOSA / COMUNICAÇÃO ZEQUINHA



gistrados, políticos, servidores públicos, professores da educação básica, professores universitários, historiadores, administradores, engenheiros, jornalistas, geofísicos, literatos, músicos, linguistas, psicólogos, sociólogos. Todos são profundamente comprometidos com a cosmovisão bíblica e com a primazia de seus ministérios pastorais.

No início de 2021, o Pastor Jorge Paulino, da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), sentiu de Deus a missão de fundar uma Academia Evangélica de Letras que contemplasse os teólogos, escritores e líderes das instituições religiosas evangélicas do Pará, com objetivo de promover a literatura e a cultura evangélica nesse Estado.

SENADOR **ZEQUINHA** MARINHO

Polo de
Marabá do
Passaporte
para Vitória



Posse da
nova diretoria
da FPA



Visita a 3º
FENCOOP



Filiação ao
Podemos

JAN FEV MAR ABR MAI JUN

Instalação
da Frente
Parlamentar
da Mineração
Sustentável



Instalação
da Frente
Parlamentar Mista
em Defesa dos
Mototaxistas e
Motofretistas


CÂMARA DOS
DEPUTADOS

QUARTO ANO DO MANDATO

Nessa linha do tempo, destacamos algumas das principais agendas assumidas pelo senador como forma de defender o Pará e garantir melhores condições de vida aos paraenses.



CPI das ONGs



Reunião com produtores rurais de Castanhal



Diligência da CPI das ONGs em São Félix do Xingu

JUL AGO

SET OUT

NOV DEZ



Visita à Embrapa Belém



80 anos da Assembleia de Deus em Breves



Reunião no STF sobre Apyterewa



SENADOR
ZEQUINHA
MARINHO

QUER RECEBER INFORMAÇÕES DO MANDATO DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO?

Faça parte da nossa lista de transmissão
no WhatsApp e do nosso canal do Telegram.



Adicione este número aos
seus contatos

(61) 99881-0020

Envie um mensagem
dizendo: “Oi, eu quero
fazer parte da lista de
transmissão. Meu nome
é [seu nome].”



Inscreva-se em nosso
canal no Telegram:
t.me/ZequinhaMarinhoOficial



zequinhamarinho.com.br



[/zequinhamarinhooficial](https://www.tiktok.com/@zequinhamarinhooficial)



[/zequinhamarinhooficial](https://www.facebook.com/zequinhamarinhooficial)



[@ZequinhaMarinho](https://twitter.com/ZequinhaMarinho)



[/ZequinhaMarinhosenador](https://www.youtube.com/channel/UCZequinhaMarinhosenador)



[@zequinhamarinhooficial](https://www.instagram.com/zequinhamarinhooficial)